

Editorial

A Revista Científica do Kilamba (RCK) possui como lema *Scientia Liberat* e foi idealizada no âmbito das actividades do Centro de Investigação Científica e Desenvolvimento, do Instituto Superior Politécnico Privado Kilamba (ISPP-Kilamba). A ideia surgiu com o intuito de promover e alavancar a produção científica, contribuindo para que se possa analisar, profunda e criteriosamente, os acontecimentos do meio científico.

Deve-se pensar globalmente e agir localmente, por isso, a RCK veio preencher essa lacuna como periódico científico com foco multidisciplinar para a produção científica ao nível nacional e internacional. Espera-se que a Revista Científica do Kilamba seja um meio de interacção entre diversas áreas de conhecimento, instituições, investigadores, professores, estudantes e todos que fazem parte do meio científico, tendo uma periodicidade anual.

O Instituto Superior Politécnico Privado do Kilamba (ISPP-Kilamba), como instituição de ensino, investigação, extensão, desenvolvimento e inovação, apresenta a primeira edição da sua Revista Científica. O número inaugural tem como título **«Sociedade, Educação e Direitos em Angola: Contribuições interdisciplinares contemporâneas»**. A relação entre sociedade, educação e direitos em Angola reflecte os desafios de reconstrução pós-conflito e de consolidação democrática, onde análises interdisciplinares — integrando Sociologia, Pedagogia, Direito e Economia — evidenciam profundas assimetrias sociais e económicas e regionais. Nesse cenário, a educação posiciona-se como vector central para a cidadania activa e a superação de gargalos históricos, como a exclusão escolar e o analfabetismo. Para isso, defende-se a melhoria da infraestrutura, a valorização docente e uma revisão curricular que contemple a diversidade cultural e linguística angolana, transformando a escola em um espaço legítimo de emancipação.

Por fim, a efectivação dos direitos fundamentais no país depende intrinsecamente do fortalecimento do espaço público, da actuação da sociedade civil e de instituições transparentes. A literatura contemporânea reforça que o acesso universal e equitativo a uma educação de qualidade é a precondição para o exercício pleno de todos os demais direitos civis, políticos e sociais garantidos pela Constituição de 2010. Assim, a articulação entre esses três eixos torna-se o caminho indispensável para a promoção da justiça social e do desenvolvimento humano sustentável em Angola.

Esta edição apresenta oito artigos. O primeiro, “Política Educativa em Angola e a Garantia do Direito na Educação”, de Faustino Moma Tchipesse, articula-se directamente ao título do número ao analisar a política educativa angolana sob a óptica da relação intrínseca entre Estado, sociedade e garantias fundamentais, ao estabelecer uma distinção crítica entre o mero acesso formal à escola e a efectivação do “direito na educação” mediante critérios de gratuidade, compulsoriedade, inclusão e qualidade. Por meio de uma abordagem interdisciplinar que cruza a dogmática jurídica constitucional, a sociologia do currículo e a gestão pedagógica, o estudo evidencia que problemas estruturais — como as assimetrias na distribuição dos saberes locais, o obstáculo linguístico do ensino exclusivo em português e as falhas nas políticas públicas de apoio escolar — perpetuam a exclusão socioeconómica, demonstrando que a oferta de uma educação democrática, intercultural e emancipatória é o pressuposto indispensável para o combate às desigualdades, a promoção dos direitos humanos e o pleno desenvolvimento humano e social em Angola.

O artigo “Preparação de Professores para a Inclusão em Educação Física: Estudo nos Complexos Escolares do Cubango”, da autoria de Anastácio Sangola Tchinanga, articula educação, inclusão social e direitos fundamentais. O estudo investiga as lacunas na formação docente (inicial e contínua) no Ensino Primário na Província do Cubango para atender alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Relaciona-se com a dimensão dos direitos ao demonstrar que a efectivação da Política Nacional de Educação Especial e do direito universal à educação exige a capacitação prática e metodológica dos professores.

Adelson Fernando Ntyamba Cambinda e Nelson Braz Ndala Cambinda examinam, no artigo “A Matemática que Existe no Jogo Não te Irrites ou Ludo” como um jogo tradicional e recreativo amplamente difundido na sociedade angolana (*Não Te Irrites / Ludo*) contém conceitos de probabilidade, estatística e raciocínio lógico. Ele demonstra como a valorização dos saberes culturais locais pode ser transformada em ferramenta didáctica inclusiva no ambiente escolar, garantindo o direito a uma aprendizagem significativa.

As “Percepções do Professor do Ensino Primário sobre Estereótipo de Género” é o título do artigo de Ilídio Domingos Gaspar. Nele, unem-se Sociologia da Educação, Estudos de Género e Direitos Humanos. O autor analisa as percepções de docentes do Ensino Primário na Província do Bengo em relação aos papéis de género na sala de aula. Discute o funcionamento da escola como um microcosmo social capaz de reproduzir ou desconstruir preconceitos e assimetrias,

reforçando a importância do ambiente escolar na promoção da equidade e na garantia da igualdade de direitos entre meninos e meninas.

“O Peso do Silêncio: Sofrimento Mental entre Trabalhadores do Sector Público-privado em Angola”, da autoria de Américo Custódio Hungulo, conecta saúde ocupacional, psicodinâmica do trabalho e direitos trabalhistas. O artigo analisa o impacto das estruturas organizacionais rígidas, da sobrecarga e do silêncio institucional na saúde mental dos trabalhadores em Angola. Associa-se ao tema global ao defender o direito a um ambiente de trabalho psicologicamente seguro, alertando para a necessidade de políticas organizacionais que priorizem a saúde mental e o bem-estar social.

Nuno Osvaldo Tiago, em “Avaliação Psicológica Forense de Homicídio na Prisão de Calomboloca de 2020 a 2021”, explora as áreas do Direito Penal, da Criminologia e da Psicologia Forense. Centrado no contexto penitenciário de Calomboloca, analisa as metodologias e os desafios enfrentados pelos psicólogos na avaliação do estado mental e na determinação do risco de reincidência de homicidas. Discute o papel da perícia técnica no auxílio ao sistema judiciário angolano e na promoção do respeito pelos Direitos Humanos e pelas garantias constitucionais.

Deste modo, chega-se ao artigo de Juvenal Pelo Quicassa, intitulado “O Perfil do Diplomata Angolano na Era Contemporânea: Desafios e Perspectivas”, no qual articulam-se Relações Internacionais, Direito Internacional e Economia Política. Examina a evolução da política externa angolana desde 1975 até à adopção da diplomacia económica contemporânea. O texto reflecte sobre o papel de Angola no cenário global, destacando a necessidade de modernização tecnológica e capacitação profissional para defender os interesses soberanos, promover o desenvolvimento económico e assegurar a inserção do país em blocos internacionais.

Finalmente, “A Queda do Bajulador após a Exoneração da Chefia: Análise Teórica da Literatura Existente”, da autoria de Afonso Nginamau Kevena e Jovaine Kunsdsato Caritas relaciona-se com a Sociologia das Organizações, a Psicologia Social e a Cultura Política. Aborda o fenómeno do “bajulismo” e das relações de patronato/clientelismo nas instituições. Contribui para o debate sobre o desenvolvimento da sociedade angolana ao discutir a importância da ética, da meritocracia e da integridade nas instituições públicas e privadas como condição para o fortalecimento da cidadania e dos direitos.

Cada um sinta-se comovido e convidado com forte convicção de que a união faz a força, na continuação deste germen para sua periodicidade anual.

Afonso Nkuansambu, PhD

Editor-Chefe da Revista



[Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito, o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica do Kilamba, do Instituto Superior Politécnico Privado do Kilamba, que mantém com fundos próprios a Revista.